

A relação entre o biopoder e a medicina: impactos sobre o indivíduo e a sociedade¹

Ursino Neto

“O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”.
(Michel Foucault).

SUMÁRIO

- 1 Considerações iniciais
- 2 Breve revisão da temática do biopoder
- 3 A relação entre o biopoder e a medicina
 - 3.1 A medicina como uma *estratégia biopolítica*
 - 3.1.1 O saber médico como uma *técnica da anatomo-política*
 - 3.1.2 O saber médico como uma *técnica da Polícia estatal*
 - 3.1.3 O saber médico como uma *técnica da política de controle genético* atual
- 4 Considerações finais

1 Considerações iniciais

O neologismo bioética é uma justaposição inapropriada, pois o significado originário de ética advém do campo filosófico grego clássico e concerne ao caráter do indivíduo, ao seu modo de ser, à sua singularidade ou ao seu *Ethos*².

Então, para haver coerência entre o conteúdo expresso no saber e o seu sentido de origem, o étimo adequado é “biomoral”.

Contudo, a palavra bioética já está consolidada na cultura ocidental pelo senso comum que a considera como sendo um saber regulador, mediando intervenções que incidem sobre a vida humana, por exemplo, na pesquisa praticada em seres humanos na biomedicina.

No Curso de Medicina da FAMED/UFC, o nosso módulo, *Bioética e Cidadania*, resgatou a concepção original de ética e inventou um novo significado para dar um valor genuíno à bioética: *ética-da-vida* ou *aionética*.

Uma das suas características é a “resistência ao biopoder”.

¹ Texto didático para a Equipe VI (graduação 2020.2), uma referência para produzir um *exercício de experiência ética*.

² Cf. O texto didático: *Ética é diferente de moral*.

O objetivo do texto didático é ampliar o estudo anterior³ do conceito de biopoder, direcionando agora para abordar a relação entre ele e a medicina.

O principal problema a ser investigado é: como e por que o saber médico foi posto na rede do biopoder na cultura ocidental?

2 Breve revisão da temática do biopoder

Michel Foucault (1926-1984), professor e pesquisador do *Collège de France*, elaborou o conceito de poder não seguindo a trilha da filosofia política tradicional, mas o produziu por um prisma distinto e por intermédio de um método próprio.

Ele buscou compreender como o poder se torna efetivo, como é aplicado para fazer funcionar uma prática e desvelou aquilo que opera e age na vida humana concreta: as “relações de poder”.

Entretanto, também explicou que todo saber é produção de um poder e a aplicação de ambos se faz em um uso conjugado constituindo um “dispositivo” que se manifesta como um “poder-saber” ou “saber-poder”.

O filósofo italiano Giorgio Agamben⁴, interpretando o conceito de dispositivo a partir da obra de Foucault, o resume como sendo um conjunto heterogêneo de elementos que estruturam uma instituição, articulado em uma rede constituída de princípios orientadores e administrativos, normas, regras, medidas de segurança, proposições filosóficas etc. que têm uma função estratégica concreta e se inscrevem em uma relação de poder.

Um dispositivo tem a capacidade de interceptar e modelar o comportamento do indivíduo e de uma coletividade capturando os gestos, as condutas, as opiniões e o próprio modo de pensar a realidade.

O filósofo francês inventou o termo “biopoder” focando nas relações de forças sociais que atuam no controle e no molde da vida humana por intermédio dos dispositivos.

Eis a trilha que se seguirá para compreender e problematizar o significado e o valor entre as relações do biopoder e a medicina.

A origem do biopoder advém de uma estratégia de racionalidade administrativa, denominada de governamentalidade. Trata-se da intenção prática de governar as instituições ou a “máquina do Estado”.

Historicamente, duas expressões dele foram identificadas: o regime da disciplina e o regime da biopolítica.

No contexto de sua implantação, a partir do final do século XVII, o biopoder estabeleceu inicialmente a disciplina como uma técnica.

Técnica é um saber aplicado a um procedimento constituído de etapas que se seguem para atingir um determinado resultado.

No caso específico do biopoder, a disciplina tinha como alvo monitorar o corpo e o tempo dos homens, com isso, transformando-os em força e em tempo de trabalho.

Esta formatação humana em indivíduos produtivos atendeu à finalidade e ao interesse do liberalismo, o incipiente sistema econômico que se fará hegemônico como capitalismo no século XIX.

A relação de poder que se manifesta no plano da disciplina produz normas, na maioria das vezes, indutoras de imposições coercitivas, um molde moral afetando a forma de vida humana.

³ Cf. O texto didático: *O biopoder como uma relação histórica entre vida e política*.

⁴ Cf. AGAMBEN, G. *O que é um dispositivo?* Acessível em www.periodicos.ufsc.br

A consequência disso produz normatização e normalização, estando presente na escola, no hospital, na fábrica, na caserna, na prisão etc.

Como disciplina, o biopoder adveio da economia-política visando à subordinação da força vital do homem para impor-lhe uma dupla condição instrumental: ser útil para a economia e ser subserviente para a política de quem governa.

Tal estratégia perdura até hoje, porém, enquanto o alvo da disciplina é capturar o corpo individual, a finalidade da biopolítica é o controle da população.

O conceito de população é interpretado não como um referente designando seres vivos estabelecidos e vivendo em uma determinada área geográfica, mas significando um conjunto homogêneo representativo de uma amostra relativa aos processos coletivos da vida social como o nascimento, a duração da vida, a mortalidade, a saúde pública etc.

É preciso destacar que o biopoder atua nos dois planos simultaneamente: tanto em nível do corpo do indivíduo como em nível da população, abrangendo a totalidade da vida humana.

Esses dois tipos de intervenção sobre a sociedade, a disciplina e a biopolítica, formam um sistema de rede integrado.

O biopoder serviu para assegurar a inserção controlada dos corpos no aparelho produtivo e para ajustar os fenômenos da população aos processos econômicos.

Trata-se de um poder-saber que se instala a partir de um dispositivo político fonte de normatização da sociedade, determinando o poder de controle sobre o homem como ser vivente, incidindo sobre a sua forma de viver, encarcerando o seu modo de ser, o seu *Ethos* em um modelo moral de normalização em que o normal é representado como “a verdade” para todos.

Todavia, Michel Foucault não permaneceu somente no aspecto negativo da interpretação conceitual, pois detectou e expôs também o sentido propositivo da produção afirmativa do sujeito possibilitando-o como um indivíduo inventivo.

Resumindo, no processo de formação da subjetividade, da constituição do sujeito humano ou da subjetivação, a característica intervencionista do biopoder gera duas condições:

A primeira, Foucault denominou de *assujettissement*⁵. A tradução deste termo é múltipla: “subjugação”, “sujeição”, “assujeitamento”.

A designação se refere a um condicionamento coercitivo que nos constrange e nos torna “sujeitos menores” e submissos.

A segunda condição é reativa. Esta força contrária é oriunda e estabelecida pelo outro conceito que se conjuga com o poder, isto é, o saber.

Quando se impõe uma norma, naturalmente, se instala um constrangimento e um limite; contudo, ao mesmo tempo, também se oportuniza um contraponto, uma emulação por intermédio da resiliência produzida pelo saber que gera mobilização e promove a liberdade potencializando a vida humana.

3 A relação entre o biopoder e a medicina

Michel Foucault mostrou em sua pesquisa o porquê um determinado saber integra as relações de poder sendo interpretado como um dispositivo político.

Seguindo a sua sinalização, se anuncia o questionamento essencial do texto didático: como e por que o saber médico foi posto na rede do biopoder na cultura ocidental?

⁵ Cf. HEYES, C.J. *Subjetividade e poder* in Dianna Taylor (ed.) *Michel Foucault: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 204.

Com a Modernidade, a partir da configuração do Estado, o biopoder se desenvolve e se instala associado ao saber da biologia que se apresenta como aspirante ao rótulo de “ciência”.

Embrionário no século XVIII, o saber biológico é desenvolvido e consolidado no século seguinte, tornando-se o padrão da ciência moderna, estabelecendo o conceito de vida como um paradigma de representação da natureza, sendo a principal fonte de referência para a determinação da norma sobre ela.

Desse acontecimento emergiram consequências significativas como a proliferação de tecnologias políticas investindo sobre o corpo e sobre o conjunto da população explorando sub-repticiamente as condições de vida da existência humana como um todo desde o modo de alimentação até o controle da prática sexual.

Assim, a governamentalidade, também chamada de “razão do Estado”, arditamente se apropriou do saber biológico e o utilizou como um instrumento eficiente, um recurso sistemático de gestão dos seres vivos.

O efeito histórico dessas tecnologias de poder centradas na vida instaurou na cultura um modelo social ainda vigente de normatização e normalização; hoje, também conhecido como sociedade de controle.

Agora se põe o questionamento basilar para se compreender o cerne da pesquisa deste texto didático:

Qual dentre os saberes biológicos presentes no contexto da Modernidade em cujo conteúdo perpassa o conceito de vida, sobretudo, a humana, atenderia melhor a finalidade do biopoder tornando-se um dispositivo político exemplar?

Indubitavelmente, a resposta é o saber médico.

Assim foi inserido o saber da medicina na rede do poder como uma estratégia da política do Estado.

Conceitos e enunciados científicos do saber médico foram apropriados para servirem de representação da verdade determinando para o indivíduo e para a sociedade uma norma ou um valor moral inquestionável.

3.1 A medicina como uma *estratégia biopolítica*

O saber biológico da medicina se impôs como ciência por meio de técnicas e dispositivos intervencionistas, deslocando-se do conhecimento específico situado no âmbito das doenças e enfermidades para atingir a vida em geral como uma biopolítica ou política do Estado obediente ao interesse da governamentalidade de quem está no poder.

Em síntese, a medicina foi utilizada como um engodo do biopoder por intermédio de dois artifícios articulados: como portadora de um discurso científico da verdade e como fiadora da normalização da vida.

3.1.1 O saber médico como uma *técnica da anatomo-política*

De início, no final do século XVII, o biopoder incidiu sobre o indivíduo inserido em um saber que se expressava como um dispositivo técnico - a disciplina -, cuja peculiaridade de atuação em várias áreas regulava detalhadamente as atividades do corpo atendendo ao interesse da razão administrativa ou governamentalidade do Estado.

A investidura do desenvolvimento econômico atingiu o plano biológico no segmento somático, transformando o corpo em função da força produtiva.

A frase sintética de Michel Foucault diz tudo: “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa

no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica”⁶. (Grifos meus).

Daqui se pode afirmar a tese, segundo a qual, a partir daquela conjuntura, o saber médico se tornou uma “anatomo-política”.

3.1.2 O saber médico como uma *técnica da Polícia estatal*

Em seguida, o conhecimento médico foi aplicado à esfera populacional.

Antes da Revolução Industrial, o atendimento básico da clínica médica era relativo ao indivíduo enfermo e só abrangia a comunidade quando a sua atuação se efetivava, sobretudo, em práticas de isolamento com a finalidade de controlar ou debelar doenças infecciosas (exemplo, a sífilis) ou epidemias (exemplo, a cólera).

Todavia, com a expansão capitalista via desenvolvimento industrial, uma força de trabalho eficaz e de boa qualidade tornou-se uma exigência do sistema econômico; assim, para atender aquela finalidade, a prática médica foi desviada para outro modelo de assistência, passando da lógica do atendimento individual para a assistência de um grupo ou de uma população.

A partir da racionalidade produtiva gerida pelo Estado, a governamentalidade, o médico se torna o “profissional” designado para proteger a sociedade e controlar um determinado território afetado por algum tipo de “patologia social” (exemplo, também a sífilis) atuando como um agente da nova política estatal chamada de *Polícia*⁷.

Assim surge e inaugura-se outra modalidade de assistência médica: a *Medicina Social* cujo nome original se chamava “Medizinichopolizei” (*Polícia Médica*) no principal Estado europeu daquela época: a Prússia (hoje Alemanha).

A partir desta fonte originária foi produzido e desenvolvido um campo do saber médico com características peculiares, com diversos matizes relacionados ao próprio contexto da sua época e do seu movimento de atuação exemplificados na *Medicina Preventiva* dos anos de 1960 e na contemporânea *Medicina da Família e Comunidade*.

3.1.3 O saber médico como uma *técnica da política de controle genético atual*

Partindo de parâmetros atuais, uma hipótese se anuncia ao pensar o saber médico que se esboça no presente, projetando-o como uma “medicina do futuro”:

Se, outrora, o saber instrumental médico era pautado em função do restabelecimento da ordem vital e da normatividade do corpo; hoje, já se desenha um novo modelo de biopolítica atingindo e controlando a vida humana em sua estrutura molecular e genética.

Genericamente, esse saber se denomina de “biotecnologia genética”.

Ela funciona em nome da prevenção de patologias e enfermidades que podem se manifestar no futuro, intervindo no corpo dos indivíduos antes do aparecimento de sinais e sintomas.

Tal biotecnologia também incrementa as capacidades do corpo e da mente humanos, alterando-as como força, longevidade, atenção, inteligência etc.

⁶ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 22ª ed. São Paulo: Graal, 2006.

⁷ Na origem, *Polícia* era o termo genérico para a política relativa às várias ações que o Estado empreendia, principalmente, nas áreas de segurança e de saúde.

Trata-se, sem dúvida, de uma atuação do biopoder que alguns autores se referem como uma disciplina do micro ou uma “subdisciplina”⁸.

O biocapital é o poder que modela esse campo e investe na biotecnologia transformando os seus produtos em mercadorias (como sequencia de DNA, células–tronco, produção de novos tecidos etc.) capturando o homem para um consumo que o torna, cada vez mais, artificial em sua natureza biológica.

Adentrou-se na era da política vital em que o saber em questão é capaz de controlar o genoma, os neurotransmissores, a biologia molecular.

A comparação com o pensamento do filósofo italiano Giorgio Agamben⁹ é possível, quando ele denuncia o estado de exceção como uma estratégia política de governo que intenciona controlar a vida no seu nível mais elementar, ou seja, a vida como *zoé* ou vida nua.

Aqui a própria vida humana em sua singularidade está sendo capturada pelo domínio da decisão e da escolha pertencentes ao biocapital.

Por fim, tendo compreendido o campo crítico que interpreta a biotecnologia, cabe ressignificar o contexto com novos questionamentos:

O que ou quem estabelece o valor da biotecnologia? Ela instaura que tipo de normalização da vida? De onde partem os enunciados discursivos que visam instaurar a moralidade social da biotecnologia? Tais discursos têm legitimidade? Quais os critérios de bioética exigidos no âmbito da aplicação dessa biotecnologia?

Respostas surgem de enunciados que se dizem “verdadeiros” partindo de várias áreas: da medicina, da genética, da pesquisa em biomedicina e da própria indústria farmacêutica privada.

Prudentemente, atenção para não sucumbir no engodo.

A nossa resposta sucinta e crítica: alguns desses discursos não têm legitimidade, pois ardilosamente buscam fundamento em nome de supostos “princípios éticos” e se escondem atrás da máscara do saber da “bioética” utilizando-o para controlar os procedimentos burocráticos de instâncias regulatórias e, conseqüentemente, manter o *status quo* da moral vigente que satisfaz os seus interesses.

O nosso desafio é defender critérios bioéticos de resistência a tal farsa.

5 Considerações finais

O biopoder é definido como um dispositivo da governamentalidade moderna atendendo historicamente os interesses do capitalismo, agindo por meio do saber da medicina sobre o corpo e sobre a população.

Contudo, é necessário reafirmar: a vida não pode ser reduzida e nem prescrita por sua condição biológica específica.

A vida humana por mais simples, repetida e até mesmo socialmente imposta, conserva a dupla condição de resiliência e de resistência, colocando em movimento o próprio viver.

Há sempre “possibilidade de vida”, é necessário acreditar na capacidade vital dos seres humanos enquanto seres viventes modelando a sua própria *forma-de-vida*.

⁸ ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

⁹ AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Ao poder sobre a vida do biopoder, se responde com o poder da vida - a *biopotência*, isto é, a “potência política” intrínseca da vida¹⁰ na medida em que ela faz variar as suas formas, inventando dimensões singulares, de uso único de expressão.

O saber da bioética como *ética-da-vida* ou *aionética* busca a unidade resiliente da tríade indissociável *corpo-energia-mente*, resistindo por intermédio do exercício de experiência ética denominado PensArteCorpo, pautado na singularidade da arte, provocando práticas de liberdade, a *invenção-de-si*: o “tornar-se o que se é” ou o “tornar-se criança”.

Este é o nosso desafio: ser biopotência e produzir a resistência ao biopoder.

¹⁰ PELBART, PP. *Vida Capital: Ensaio de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.